



MINISTÉRIO DO ESPORTE
Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
Relatório de Gestão do Exercício de 2012

Brasília/2013



MINISTERIO DO ESPORTE
Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo, como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Portaria - TCU nº 150/2012, Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e da Portaria CGU nº 133/2013 e das orientações do Órgão de Controle Interno.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	3
1. INTRODUÇÃO	4
2. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE.....	8
3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL	9
4. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE:	10
5. QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	11
6. QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMATICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	13
7. QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	14
8. ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DO FUTEBOL FEMININO.....	17
9. QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	18
10. QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	18
11. QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ...19	
12. QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2012 -Valores em R\$ 1,00.....	20
13. QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	21
14. QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	22
15. QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 -	23
16. QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	24
17. QUADRO A.6.19 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS– SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011	25
18. QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	26
19. CONCLUSÃO	27
ANEXO I - ESTRUTURA PERMANETE – SNFDT.....	28
ANEXO II – DECLARAÇÃO DO CONTADOR	29

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DBR	Declaração de Bens e Renda
EMBRATUR.....	Instituto Brasileiro de Turismo
FIFA.....	Federátion Internationale de Football Association
FINEP.....	Financiadora de Estudos e Projetos/Ministério da Ciência e Tecnologia
ME.....	Ministério do Esporte
SECOM.....	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
SNFDT.....	Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor
TAC.....	Termo de Ajustamento de Conduta

1. INTRODUÇÃO

Este relatório foi elaborado com o objetivo de registrar as atividades da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (“SNFDT”) durante o exercício de 2012.

Dos Conteúdos Gerais e Contábeis a serem apresentados por esta SNFDT, não foram contemplados neste relatório, por não observância de ocorrências no exercício, os seguintes itens do da Portaria TCU Nº 150/2012:

a) Não se aplicam à UJ:

- Item 3.3.2, Quadro A.3.2 Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- Item 3.3.3 Quadro A.3.3 Síntese da Remuneração dos administradores;
- Item 3.3.4 Quadro A.3.4 Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores;
- Item 3.4 Sistema de Correição;
- Item 3.5 Cumprimento pela instância de correição da Portaria nº 1043/2007 da CGU;
- Item 4.2.4.2 Quadro A.4.15 Despesas por grupo e elemento de despesa, créditos de movimentação;
- Item 4.2.1 - Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ;
- Item 4.2.2.1 – Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes;
- Item 4.2.2.2 - Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital;
- Item 4.2.2.3 - Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência;
- Item 4.2.3 - Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa;
- Item 4.2.4.1.1 - Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários;
- Item 4.2.4.1.2 - Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários;
- Item 5.2.1 – Quadro - A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores;
- Item 5.1.1 Quadro A.5.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos;
- Item 5.3.1 Quadro A.5.3 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência;
- Item 5.4 Suprimento de fundos;
- Item 5.4.1 Despesas realizadas por meio de suprimentos de fundos;
- Item 5.4.1.1 Quadro A.5.8 Despesas realizadas por meio; item 5.4.1.2;
- Item 5.4.1.3 Quadro A.5.10 Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador;

b) Aplicam-se à UJ, mas sem ocorrências no exercício de 2012:

- Item 5.3.2 Quadro A.5.4 Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios;
- Item 5.3.3 Quadro A.5.5 Resumo dos instrumentos de transferência que vigoram em 2013 e exercícios seguintes;
- Item 5.3.4 Quadro A.5.6 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de contratos de Repasse;

- Item 5.3.5 Quadro A.5.7 Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse;
- Item 5.4.1.4 Quadro A.5.11 Despesas realizadas por meio da conta tipo “B” e por meio do cartão de crédito cooperativo, não é utilizado pela SNFDT;
- Item 5.4.1.5 Quadro A.5.12 Prestação de contas de suprimento de fundos (conta tipo “B” e CPGF);
- Item 5.5; Renúncias tributárias sob a gestão da UJ;
- Item 5.6; Gestão de Precatórios;
- Item 6.1.1.1 Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ
- Item 6.1.4.1 - Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro 12
- Item 6.1.4.2 - Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12
- Item 6.1.7.1 Quadro A.6.9 Atos sujeitos ao registro do TCU (Artigo 3º da IN TCU 55/2007); Quadro A.6.10; Quadro A.6.11;
- Item 6.1.7.2 Quadro A.6.12 Atos sujeitos a remessa física ao TCU (artigo 14º da IN TCU 55/2007);
- Item 6.1.7.3 Quadro A.6.13 Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro;
- Item 6.1.8 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos;
- Itens 6.2; 6.2.1; 6.2.2; 6.2.3; 6.2.4; 6.2.5; 6.2.6 Terceirização mão de obra empregada e contratação de estagiários;
- Item 7.1; 7.2; 7.2.1; 7.2.2; 7.2.3; Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário;
- Item 9.1 Quadro A.9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis;
- Item 9.2 Quadro A.9.2 Consumo de papel, energia elétrica e água;
- Item 10.1.1 Quadro A.10.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício;
- Itens 10.4; 10.4.1; Modelo de declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV;
- Itens 11.2.2; 11.3; 11.4; 11.5 11.5.1; 11.5.2; 11.6;
- Parte B do Anexo II da DN 119/2012 – Conteúdo Específico por UJ ou Grupo de Unidades afins.

Cabe esclarecer que, quanto ao item 10.1.1, a SNFDT, não recebeu qualquer determinação ou deliberação, da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União. Não houve ocorrências de Relatórios de Auditoria no exercício de 2012.

Criada pelo Decreto nº 7.529, de 21/07/2011, a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor - SNFDT, que sucedeu à Assessoria Especial de Futebol, esta vinculada à Secretaria Executiva do Ministério do Esporte. A nova estrutura, agora dedicada exclusivamente ao futebol, permitirá a formulação e implantação de políticas específicas e capazes de contribuir para o aprimoramento e melhorias de gestão relacionadas ao futebol no Brasil.

Entre as realizações da SNFDT no exercício de 2012, destacam-se:

- a) O aperfeiçoamento de ações visando a implantação de uma política nacional de prevenção à violência nos eventos esportivos relacionados ao futebol, com objetivo de melhorar as condições ao torcedor quanto a acessibilidade, conforto e segurança nos estádios de futebol.

Neste segmento, o Ministério do Esporte, representado pela SNFDT e na qualidade de interveniente, participou da assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta

(TAC) com os Ministérios Públicos e as Torcidas Organizadas dos estados, objetivando o estabelecimento de responsabilidades recíprocas, bem como, estabelecer padrões mínimos de comportamento compatíveis e necessários para a segurança conforme determinações do Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/03);

- b) Constituição da Comissão Especial de Estudos, no âmbito do Ministério do Esporte, por meio da Portaria Ministerial nº 208, de 10/09/2012, com a missão de elaborar um Projeto de Regulamentação do Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/03);
- c) Reativação, por meio da Portaria Interministerial nº 305, de 07/12/2012, da Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espectáculos Esportivos – CONSEGUE, criada pelo Decreto nº 4.960/2004, com a finalidade de congregiar esforços, para o desenvolvimento de instrumentos e implementação de medidas que possam assegurar permanente melhoria e o aperfeiçoamento das condições de segurança nos locais de práticas desportivas.

Participam do CONSEGUE, além do Ministério do Esporte, o Ministério da Justiça, por sua Assessoria de Relações Institucionais e a Diretor de Operações Especiais da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, o Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC e Representantes da sociedade civil organizada e autoridades de notória experiência no tema;

- d) Elaboração do Guia de Recomendações de Parâmetros e Dimensionamentos para a Segurança e Conforto em Estádios de Futebol.

Merece destaque a criação do Grupo de Trabalho, por meio da Portaria Ministerial nº 212, publicada no DOU de 13/09/2012, com objetivo de realizar estudos necessários à elaboração de proposta de aprimoramento dos laudos técnicos exigidos pelo Decreto nº 6.795, de 16 de março de 2009, que regulamenta o artigo 23 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, e de classificação dos estádios de futebol, consoante suas condições de segurança e conforto;

- e) Realização do III Seminário das Torcidas Organizadas e Uniformizadas em São Paulo, no dia **06 de junho de 2012**, com objetivo de ampliar o diálogo entre Governo Federal e as torcidas organizadas, visando à pacificação nos eventos de futebol. Participaram do evento dirigentes de torcidas de várias regiões do Brasil, representantes das Polícias Militares, do Ministério Público estaduais e imprensa especializada;
- f) Realização do I Seminário das Torcidas Organizadas Norte e Nordeste, nos dias **10 e 11 outubro de 2012**, em Maceió, com objetivo de detectar demandas e dificuldades vivenciadas entre o poder público e torcidas organizadas na região nordeste do país, em relação à escolta das torcidas, diálogo com representantes do poder público. Apresentação das sanções previstas no Estatuto de Defesa do Torcedor. Na oportunidade foi proposta a realização de um levantamento sobre a estrutura das torcidas organizadas, visando iniciar projetos de inclusão social entre estas e o poder público. Participaram do evento dirigentes de torcidas do norte e nordeste, representantes das Polícias Militares dos estados, Ministério Público, imprensa especializada;

- g) Promoções de reuniões com representantes do Ministério Público estaduais (RJ, RS, PE e SP), Federações Estaduais de Futebol, Polícia Militar e Torcidas Organizadas, visando à identificação das ações em execução, experiências e dificuldades operacionais, com objetivo de subsidiar a uniformização de procedimentos de fiscalização do cumprimento do Estatuto do Torcedor, foram realizadas;
- h) Realização da Exposição Comemorativa dos 50 anos da COPA DO MUNDO DE 1962, visando comemorar um dos grandes feitos do esporte brasileiro foi.

Esta exposição ocorreu no memorial da América Latina em São Paulo. Apoiamos a Copa Libertadora de Futebol Feminino, no período de 15 a 25 de novembro de 2012, na cidade de Recife, que contou com a participação de 12 equipes divididas em três grupos. As três equipes brasileiras participantes foram cabeças de chave: no Grupo A foi Foz Cataratas, a atual campeã brasileira; no Grupo B, São José, atual campeã da Libertadores e, no Grupo C, o Vitória das Tabocas, representando Pernambuco. Participaram também, as Delegações dos Países, Paraguai, Equador, Bolívia, Colômbia, Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Peru, tendo sido Campeã, Colo-Colo, do Chile e Vice Campeã Foz Cataratas do Brasil.

- i) Com o apoio da SNFDT, foi promovida a Convenção Global Socerex 2012, evento realizado no período de **24 a 28 de novembro de 2012**, no Rio de Janeiro. Pelo terceiro ano consecutivo, a exposição de negócios do futebol, líder no mundo, reuniu expositores e empresários mais destacados da indústria que cresce como nenhuma outra em todo mundo.

O programa de Conferências teve a participação de grandes nomes dos mais importantes negócios do futebol para tratar dos temas mais relevantes da indústria, como uma aplicação de tecnologia, como a bola com chip, e a linha do gol, além do legado da Cidade do Rio com os Jogos Olímpicos 2016 e o futuro dos direitos do esporte, dos jogadores, propriedades e direitos de fidelização aos torcedores entre outros.

2. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual:

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Esporte			Código SIORG: 36670
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria Nacional de Futebol Profissional e Defesa dos Direitos do Torcedor			
Denominação abreviada: SNFDT			
Código SIORG: 116538	Código LOA: 51101	Código SIAFI: 180.074	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Atividades de Regulação Esportiva			Código CNAE: 9319-1
Telefones/Fax de contato:	(61)-3217-9520	(61)-3217-9521	(61)-3217-9640
E-mail: toninho.nascimento@esporte.gov.br			
Página na Internet: http://www.esporte.gov.br/futeboldireitostorcedor			
Endereço Postal: SEPN Quadra 511 – Edifício Bittar, 3º Andar – CEP 70.758-900 – Brasília/DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7529, de 21/07/2011, publicado no Diário Oficial da União em 22/07/2011, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte			
Decreto nº 7.784 de 7 de agosto de 2012 , aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do ME			
Regimento Interno do Ministério do Esporte – Portaria nº 92, de 17 de Julho de 2003			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Guia de Recomendações de Parâmetros e Dimensionamentos para Segurança e Conforto em Estádios de Futebol Estatuto do Torcedor em Quadrinhos (Cartilha do Torcedor)			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
180002	Departamento de Gestão Interna		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Departamento de Gestão Interna		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
180002		00001	

3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, cujo organograma encontra-se no Anexo I, está organizada sob divisão em dois Departamentos:

- I Departamento de Futebol Profissional, ao qual compete a formulação e a implementação de políticas voltadas ao desenvolvimento do futebol profissional e do futebol feminino;
- II Departamento de Defesa dos Direitos do Torcedor, ao qual cabe incentivar a cultura de defesa dos direitos do torcedor, por meio de ações voltadas para a segurança e o conforto dos espectadores dos jogos, além de zelar pelo cumprimento da legislação esportiva, mais especificamente da Lei nº 10.671/2003, o Estatuto do Torcedor.

Segundo um entendimento amplo da organização do futebol no país, os dois Departamentos têm atuação complementar e sinérgica: o desenvolvimento do futebol profissional não está restrito às potencialidades localizadas dentro de campo; ao contrário, abrange toda uma cadeia produtiva que inclui atores diversos como os clubes, federações, atletas e seus agentes, empresas licenciadas, empresas de comunicação, patrocinadores, consumidores e alcança ainda a defesa dos direitos do torcedor, visto que o respeito a tais direitos é condição essencial para que o futebol possa desenvolver-se plenamente como modalidade esportiva e como cadeia produtiva.

A SNFDT conta ainda com a Chefia de Gabinete, à qual compete à orientação à execução das atividades da Secretaria, além do apoio ao dirigente máximo da unidade, função cumprida também por sua Assessoria.

4. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE:

O Decreto nº 7529, de 21/07/2011 dirigiu à Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor as seguintes competências institucionais:

- Fazer proposições sobre assuntos da sua área para compor a política e o Plano Nacional de Esporte;
- Implantar as diretrizes relativas ao Plano Nacional de Esporte;
- Planejar, desenvolver, acompanhar e monitorar as ações governamentais no âmbito do futebol profissional e do futebol feminino de alto rendimento;
- Fomentar e promover ações ligadas a eventos de grande porte, integrando-as e estimulando parcerias entre entidades governamentais e agentes privados;
- Incentivar a criação de estruturas esportivas e para-esportivas modernas e capazes de receber competições esportivas nacionais e internacionais;
- Planejar, coordenar, supervisionar e realizar estudos sobre o desenvolvimento do futebol profissional e sobre a execução das ações de promoção de eventos;
- Articular com os demais segmentos governamentais que fortaleçam o futebol profissional;
- Fiscalizar o cumprimento da Legislação esportiva e do Estatuto de Defesa do Torcedor, na forma da lei;
- Aplicar as multas instituídas em norma editada com fundamento na competência prevista no art. 37, § 2º, da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003;
- Orientar e supervisionar as atividades relacionadas ao futebol profissional e futebol feminino de alto rendimento e à defesa dos direitos do torcedor;
- Definir as diretrizes e prioridades para as ações relacionadas ao futebol profissional na área de planejamento e na gestão de programas e projetos estratégicos do Ministério.

As atribuições referentes às competências institucionais que designou o Secretário Nacional de Futebol Profissional e Defesa dos Direitos do Torcedor como coordenador do GECOPA, estabelecidas pela Portaria/ME nº 122/2011, foram repassadas para a Secretaria Executiva deste Ministério.

Em decorrência da criação da SNFDT no final do segundo semestre de 2011, o ano de 2012 caracterizou-se **pela maior dedicação** a identificação e planejamento das ações a serem desenvolvidas no âmbito do futebol profissional no cumprimento de suas competências institucionais.

A partir da realidade observada no cenário do futebol profissional brasileiro, a SNFDT definiu como objetivos estratégicos para o ano de 2012: o estímulo ao desenvolvimento do futebol profissional feminino e masculino e o incentivo a uma nova cultura, em todos os segmentos, do respeito aos direitos do torcedor.

5. QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X	X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
<p>Análise Crítica:</p> <p>Os controles internos utilizados pela UJ, em razão da mudança de estrutura e pela insuficiência de recursos humanos, não foram suficientes para permitir uma melhor gestão das ações em desenvolvimento para as atividades em curso no ano de 2012.</p> <p>A falta de um planejamento consistente para as ações, em virtude, principalmente, pela busca do entendimento das responsabilidades das áreas recém-criadas, foi o maior empecilho para que a SNFDT pudesse implementar medidas administrativas coerentes com as necessidades e atribuições institucionais.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6. QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMATICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0676					
Descrição	Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base à excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.					
Programa 2035	Esportes e Grandes Eventos Esportivos					
Órgão Responsável	Secretaria Nacional de Futebol de Defesa dos Direitos do Torcedor - SNFDT					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidadada	Processados	Não Processados	
35.911.297,00	93.401.304,00	4.211.650,71	4.211.650,71			4.211.650,71
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

Cumprimento das metas: não existe meta para o objetivo.

Eventuais problemas de execução: diante do quadro de alterações administrativas efetuadas na SNFDT, tivemos dificuldades de execução do objeto com as entidades de administração do desporto em relação ao apoio ao futebol feminino.

7. QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	02J4					
Descrição	Estímulo a cadeia produtiva do esporte, articulando os agentes públicos e privados					
Objetivo	Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base à excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor - SNFDT					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

Cumprimento das metas: não existe meta para o objetivo.

Em virtude, principalmente, do quadro do futebol profissional, tivemos dificuldades de execução do objeto com as entidades de administração do desporto em relação ao apoio ao futebol feminino.

Realizamos em 2012:

- a) Exposição Comemorativa dos 50 anos da COPA DO MUNDO DE 1962, visando, comemorar um dos grandes feitos do esporte brasileiro, realizada no memorial da América Latina em SP;
- b) Apoio a Copa Libertadores de Futebol Feminino, no período de 15 a 25 de novembro de 2012, na cidade de Recife, que contou com a participação de 12 equipes divididas em três grupos. Participaram também, as Delegações dos Países, Paraguai, Equador, Bolívia, Colômbia, Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Peru, tendo sido Campeã Colo-Colo do Chile e Vice Campeã Foz Cataratas do Brasil;
- c) Com o apoio da SNFDT, foi promovida a Convenção Global Socerex 2012, evento realizado no período de 24 a 28 de novembro de 2012, no Rio de Janeiro. Pelo terceiro ano consecutivo, a exposição de negócios do futebol, líder no mundo, reuniu expositores e empresários mais destacados da indústria que cresce como nenhuma outra em todo mundo.

Identificação da Iniciativa						
Código	02J5					
Descrição	Estímulo ao futebol e promoção da defesa dos direitos do torcedor					
Objetivo	Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base à excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor – SNFDT					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
35.911.297,00	93.401.304,00	4.211.650,71	4.211.650,71			4.211.650,71
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Instalação Esportiva Controlada/Monitorada	unidade	05	00	75.406.507,0 0	2.922.029,08
02	Projeto Apoiado	unidade	26	00	17.994.797,0 0	1.289.621,63

Análise Crítica:

Instalação Esportiva Controlada/Monitorada:

A meta de 5 (cinco) estádios referia-se a quantidade de estádios com a implantação do sistema de controle de acesso e monitoramento dos estádios de futebol. Este projeto foi cancelado pelo Ministério do Esporte.

Em substituição ao projeto de controle de acesso e monitoramento dos estádios, foi desenvolvido novo projeto objetivando a elaboração de estudos de novos procedimentos para o aprimoramento dos laudos técnicos, exigido pelo Decreto nº 6.795 que regulamenta o artigo 23 do estatuto do Torcedor, e a classificação dos estádios de futebol conforme suas condições de segurança e conforto.

Estes estudos objetivam a aferição das condições de segurança, conforto, acessibilidade e higiene nos estádios brasileiros, a partir da análise estatística dos dados e laudos técnicos emitidos na forma da regulamentação da Portaria ME 238/2010, e de informações obtidas em visitas técnicas a 152 estádios de futebol.

O projeto está sendo realizado por Termo de Cooperação nº 24/2012, firmado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, com plano de metas e cronograma de execução para o período de dezembro de 2012 a julho de 2013. Foi efetuado o destaque orçamentário de R\$ 2.712.069,80, que representa 50% do valor total estimado para o projeto.

O estudo tem por objetivo a execução pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, de serviços especializados para:

- a) Aferir as condições de segurança, conforto, acessibilidade e higiene nos estádios brasileiros a partir da análise estatística dos dados de seus laudos técnicos emitidos na forma da regulamentação da Portaria ME nº 238/2010 e das informações obtidas em visitas técnicas.

- b) Analisar de forma crítica as informações de acessibilidade e os laudos de segurança, incêndio, engenharia, higiene e estabilidade estrutural, adequando o formato e conteúdo dos questionários anexos aos laudos e o grau de conclusividade dos mesmos.
- c) Classificar os 152 estádios que serão vistoriados em cinco classes (de uma a cinco estrelas), conforme as condições de segurança, conforto, acessibilidade e higiene.
- d) Elaborar recomendações normativas específicas para estádios de futebol, com textos base e proposição de novos questionários anexos aos laudos técnicos, prontos para serem submetidos aos trâmites necessários para a aprovação de uma proposta de norma (consulta nacional, revisão e publicação).
- e) Estudo para elaboração de novos Laudos Técnicos e classificação dos estádios de futebol no Brasil com relação a segurança e conforto, são imprescindíveis para o perfeito atendimento do que é exigido pelo Decreto nº 6.795 que regulamenta o Artigo 23 do Estatuto do Torcedor;

Projeto Apoiado

Apesar da meta não ter sido atingida, foram iniciadas várias ações preliminares, bem como a definição estratégica da nova Secretaria.

Em virtude de a SNFDT ser recente, Foram apoiados apenas dois projetos:

- a) "I Encontro Norte e Nordeste de Torcidas Organizadas" na cidade de Maceió, nos dias **10 e 11 de outubro de 2012**. O encontro teve o objetivo de avaliar e discutir temas relacionados à segurança e ao conforto dos torcedores;
- b) III Seminário Nacional de Torcidas Organizadas e Uniformizadas na cidade de São Paulo, no período de **02 e 03 de junho de 2012**, O Seminário teve como objetivo avaliar e discutir temas relacionados à segurança e ao conforto dos torcedores nos estádios de futebol

Guia de Recomendações de Parâmetros e Dimensionamentos para a Segurança e Conforto em Estádios de Futebol.

Ainda, em relação à defesa dos direitos do torcedor, foi elaborado o Guia de Recomendações de Parâmetros e Dimensionamentos para a Segurança e Conforto em Estádios de Futebol. Merece destaque, também, a criação de um Grupo de Trabalho, por meio da Portaria Ministerial nº 212, publicada no DOU de 13/09/2012, com objetivo de realizar estudos necessários à elaboração de proposta de aprimoramento dos laudos técnicos exigidos pelo Decreto nº 6.795, de 16 de março de 2009, que regulamenta o artigo 23 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, e de classificação dos estádios de futebol, consoante suas condições de segurança e conforto.

Encontro de Torcidas Organizadas.

Nesta ação, foi realizado o "I Encontro Norte e Nordeste de Torcidas Organizadas" na cidade de Maceió/AL, nos dias **10 e 11 de outubro de 2012**. O encontro teve o objetivo de avaliar e discutir temas relacionados à segurança e ao conforto dos torcedores

8. ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DO FUTEBOL FEMININO.

Identificação da Iniciativa						
Código	02J9					
Descrição	Qualificação da Gestão e da Governança do Esporte					
Objetivo	Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base à excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor – SNFDT					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidadada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Análise Crítica:

No que se refere à regionalização dessa meta, a Secretaria não tem como atender, tendo em vista que a realização de competições regionais **depende de decisão de** cada entidade de administração do esporte. Ressaltamos que a Ação da SNFDT é no sentido de fomentar junto as entidades de administração do esporte, Confederação Brasileira de Futebol e Federações de Futebol, a realização das competições regionais, principalmente no que se refere ao futebol feminino.

9. QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	126V					
Descrição	Implantação de Controle de Acesso e Monitoramento nos Estádios de Futebol para a Segurança do Torcedor					
Iniciativa	02J5 – Estímulo ao futebol e promoção da defesa dos direitos do torcedor					
Unidade Responsável	SNFDT					
Unidade Orçamentária	Ministério do Esporte					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
16.016.500,00	75.406.507,00	2.922.029,08	2.922.029,08			2.922.029,08
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Instalação Esportiva Controlada/Monitorada	Unidade	05	00	75.406.507,00	2.922.029,08

10. QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério do Esporte – SNFDT									
CNPJ: 02.973.091/0001-77					UG/GESTÃO: 51101				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
Contrato de Repasse	24/2012	UFRJ	5.424.139,60		2.712.069,80		12/12	07/13	
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte:									

**11. QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA
TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ**

VALORES EM R\$ 1,00

Identificação da Ação						
Código	20JO					
Descrição	Promoção da defesa dos direitos do torcedor e apoio ao desenvolvimento do futebol masculino e feminino					
Iniciativa	02J5 – Estímulo ao futebol e promoção da defesa dos direitos do torcedor					
Unidade Responsável	SNFDT					
Unidade Orçamentária	Ministério do Esporte					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Projeto Apoiado	unidade	26	00	17.994.797,00	1.289.621,63

Análise Crítica:

Evento comemorativo do cinquentenário da Copa do Mundo de 1962, realizado no Memorial da América Latina na cidade de São Paulo, no período de 25 de junho a 8 de julho de 2012, com a participação de delegações estrangeiras vindas do Chile e República Tcheca. A exposição teve como público alvo os ex-jogadores e seus familiares, que receberam justa homenagem e lembrança, e a sociedade em geral, em especial as crianças e jovens que ainda não eram nascidos à época da Copa de 1962, para conhecerem mais esse brilhante capítulo na história da Seleção Brasileira de Futebol.

Seminário nacional de Torcidas Organizadas e Uniformizadas na cidade de São Paulo, no período de 02 e 03 de junho de 2012. O Seminário teve como objetivo avaliar e discutir temas relacionados à segurança e ao conforto dos torcedores nos estádios de futebol.

**12. QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO
APURADA EM 31/12/2012 -**

Valores em R\$ 1,00

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		0	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		0	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		8	2	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	8	2	3

13. QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	12	10	2	3
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		2		1
1.2.4. Sem Vínculo		8	2	2
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas		0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	12	10	2	3

14. QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira					
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	2	4	3	1
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		2	4	3	1
2.3. Funções Gratificadas					
3. Totais (1+2)	0	2	4	3	1

15. QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 -

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira									
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	1	2	6	0	0	1
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				1	2	6			1
2.3. Funções Gratificadas									
3. Totais (1+2)	0	0	0	1	2	6	0	0	1

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto;

2 - Alfabetizado sem cursos regulares;

3 - Primeiro grau incompleto;

4 - Primeiro grau;

5 - Segundo grau ou técnico;

6 - Superior;

7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação;

8 – Mestrado;

9 - Doutorado;

10- Não Classificada.

16. QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores
em R\$
1,00

Tipologias/ Exercícios	Ven cime ntos e Vant agen s Fixa s	Despesas Variáveis						Despesas de Exercício s Anteriore s	Decisões Judiciais	Total	
		Retr ibuic ões	Gratific ações	Adicio nais	Indeniz ações	Benefício s Assistenci ais e Previden ciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provedimento em Comissão											
Exercícios	2012	27.777,00	0,00	383,00	1.200,00	5.590,00	3.290,00	22.330,00	13.800,00	0,00	74.370,00
	2011	18.600,00	0,00	9.568,00	1.980,00	3.200,00	960,00	12.400,00	0,00		46.708,00
	2010		0,00						0,00		0,00
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012										0,00
	2011										0,00
	2010										0,00
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012								0,00	0,00	0,00
	2011								0,00	0,00	0,00
	2010								0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	6.520,00	695.158,00	54.268,00	21.945,00	246.650,00	7.980,00	38.763,00	991,00	0,00	1.072.275,00
	2011		229.330,00	51.600,00	14.000,00	114.500,00	3.250,00			0,00	412.680,00
	2010									0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012										0,00
	2011										0,00
	2010										0,00

17. QUADRO A.6.19 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1. Área Fim	0	0	0	0	R\$ -
1.2. Área Meio	1	0	0	0	R\$ 2.028,00
2. Nível Médio					
2.1. Área Fim	0	0	0	0	R\$ -
2.2. Área Meio	1	1	1	1	R\$ 4.229,28
3. Total (1+2)	2	1	1	1	R\$ 6.257,28

18. QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades	Obrigados a entregar a DBR			
(Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas	Obrigados a entregar a DBR	2		
(Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Entregaram a DBR			10
	Não cumpriram a obrigação			

O gerenciamento da entrega de das Declarações de Bens e Renda (DBR) está a cargo da Coordenação Geral de Pessoas do Ministério do Esporte.

Não existe um sistema informatizado para o gerenciamento. As declarações são recebidas dentro de envelope lacrado ou, quando é recebida autorização para seu acesso, este pode ser realizado apenas por agentes da Receita Federal do Brasil ou pelo próprio titular da Declaração e não são realizadas análises, pelo ME, com intuito de identificação de eventuais incompatibilidades entre patrimônio e remuneração auferida.

As declarações ficam arquivadas na sala de arquivo da Coordenação Geral de Pessoas, à qual têm acesso somente servidores da própria coordenação, não sendo permitida a abertura do envelope.

No exercício em análise não houve descumprimento da obrigação de entrega da DBR.

19. CONCLUSÃO

Das informações apontadas neste Relatório de Gestão deságuam na percepção de um crescimento e desenvolvimento no exercício de 2012, para a recém-criada SNFDT, um período de planejamento e aprendizado, fato que impactou o desempenho de suas atividades.

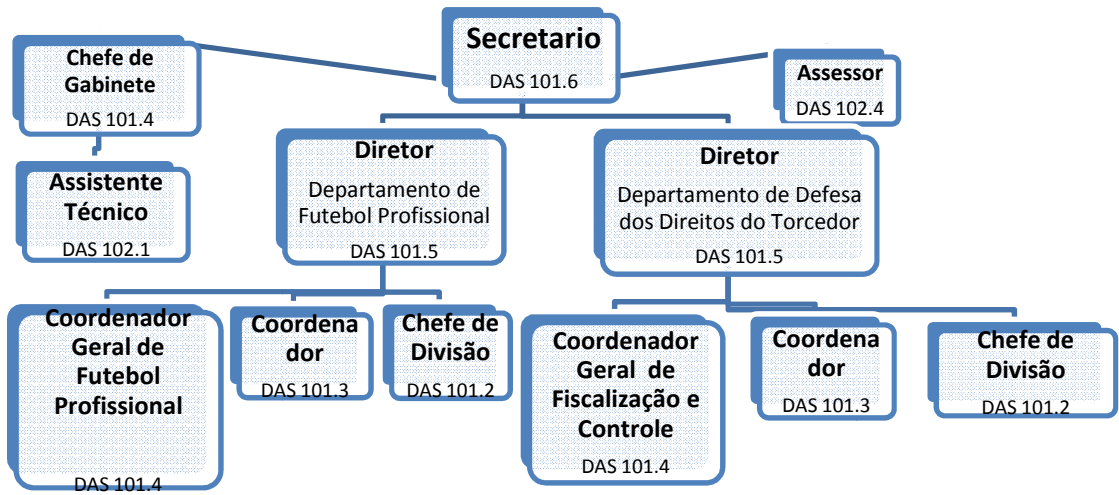
Adicionalmente, na esfera da Defesa dos Direitos do Torcedor, as metas da SNFDT foram confrontadas por mudanças no planejamento estratégico do Ministério do Esporte.

Tais obstáculos deverão ser superados no exercício vindouro, por medidas que já se encontram em marcha, quais sejam:

- O amadurecimento institucional da SNFDT, passado o primeiro ano após a sua criação;
- A transferência da responsabilidade, à Secretaria Executiva desta pasta, pela coordenação das ações do Governo Federal para a Copa do Mundo FIFA 2014, o que permitirá maior foco nas prioridades institucionais genuínas da SNFDT;
- A recomposição do Planejamento Estratégico da SNFDT para a Defesa dos Direitos do Torcedor e promoção do desenvolvimento do futebol feminino.

ANEXO I

ESTRUTURA PERMANENTE – SNFDT



ANEXO II

DECLARAÇÃO DO CONTADOR		
Denominação completa (UJ)	Código da UG	
Secretaria Executiva	180002 e 180004	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2012 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Previsão da Receita e Execução da Despesa;b) O Imobilizado não condiz com a realidade uma vez que não foram adotados critérios de depreciação, amortização e exaustão até a presente data, bem como há diferenças entre os valores constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e o sistema de Patrimônio utilizado no órgão.c) A conta ESTOQUE também não condiz com a realidade uma vez que há diferenças entre os valores constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e o sistema de Almoxarifado utilizado no órgão. <p>Os Demonstrativos de Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no Sistema SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>		
Local Brasília	Data	6/3/2012
Contador Responsável Jane Cristina de Farias	CRC nº	010761/O-7


Jane Cristina de Farias
Técnico de Contabilidade
Chefe de Divisão